



ATA Nº 3/ 2025

**da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia
30/04/2025**

*(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual
redação)*

1. Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora.
2. Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros convocados: Maria Joaquina Filipe Salgueiro (Presidente da Assembleia Municipal), Carlos Alberto da Silveira Biléu (1.º Secretário), Arnaldo António Valdanta da Silva (2.º Secretário), António José Ameixeira Vitorino, António Manuel Matos Salgueiro, António Luís Fernando Pinto, José Manuel Ribeiro Pinto, António Alberto Nunes Vitorino, João Aleixo Rodrigues de Carvalho, Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos (CDU), Ana Paula Beja da Cruz Matos, João Manuel Marques Coelho, Miguel Filipe Chuço Maia, Clemente Martinho Medeiros, Custódia Maria Casanova, Rui Manuel David Barroso.
3. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: a Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, o Sr. Vice-Presidente António Ferreira, e o Sr. Vereador Hugo Carreiras.
4. Os membros Ana Maria Prates Ramalho Aniceto, Anabela de Matos Aleixo, Fábio Alexandre Bicho Coelho (PS) e João Carlos Durão Lopes Saraiva (CDU) apresentaram as justificações para as ausências, pedindo as suas substituições.

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
--

5. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o público presente se pretendia intervir, registando-se algumas intervenções.
6. O munícipe Manuel Duarte na intervenção proferida abordou vários pontos, de acordo com o anexo 10/2025.
7. A **Presidente da Câmara Municipal** solicitou a palavra à Presidente da Assembleia Municipal e referiu estar preocupada com as informações graves alegadas na intervenção, especialmente sobre queimar e apagar documentos, situações das quais disse não ter conhecimento. Pediu ao munícipe para esclarecer a que se referiam aquelas informações, uma vez que o documento lhe era também endereçado.



8. O munícipe Manuel Duarte respondeu que não tinha nada a acrescentar ao que escreveu e leu, e que era uma situação que também o desagradava. Explicou que apenas fez voz do que ouviu, referindo a expressão "*consta-se para aí*".

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

9. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os grupos Municipais se pretendiam apresentar alguma intervenção, sugerindo que se faça alternadamente as intervenções, inscrevendo-se com o 1.º Secretário Carlos Biléu.
10. A eleita Custódia Casanova contextualizou e apresentou o voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco. Voto conjunto, apresentado pelos eleitos do PS e da CDU, o qual foi aprovado por unanimidade. (anexo 11/2025).
11. A **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou uma saudação relativa ao 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, como consta no anexo 12/2025.
12. O eleito Miguel Maia apresentou uma moção sobre o Dia do Trabalhador, 1º de Maio, em nome da bancada do PS, a qual foi aprovada por unanimidade. (anexo 13/2025)
13. O eleito **António Vitorino (CDU)** levantou duas questões relativas à freguesia de Brotas, questionando em primeiro lugar sobre a conclusão da conduta de Brotas, informação já solicitada em assembleias anteriores. E, em segundo lugar, pediu justificação para a existência de dois buracos resultantes de troca de contadores de água em Brotas, ambos por resolver há tempo considerável (um na Calçada de Montemor, outro no campo de futebol). Referiu que também é funcionário público e que se sente envergonhado por aquelas situações não terem sido já resolvidas.
14. A **Presidente da Câmara** pediu a palavra para responder e passou a mesma ao vereador responsável pelo assunto, que referiu precisar documentar-se sobre a conduta de Brotas, e que a mesmo se encontra na sua lista de pendentes. Relativamente à intervenção do buraco no do campo de futebol está planeado para ser feita durante a próxima semana, exceto se surgir uma urgência.
15. **Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2025**
16. A **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra antes da votação para apontar duas situações na minuta da ata que, na sua opinião, não refletiam o que foi dito por si na reunião anterior.
17. A **Presidente da Assembleia Municipal** propôs proceder à correção e levar o documento a aprovação na próxima sessão da Assembleia.



18. Seguiu-se uma discussão sobre o acesso à documentação pelos membros que substituem os eleitos efetivos, ao qual a Mesa da Assembleia Municipal referiu que de acordo com o Regimento da mesma, a documentação será apenas entregue aos eleitos efetivos. Foi também levantada a questão de membros que se ausentam antes do fim da sessão, sem justificar a saída à mesa, se tal ato irá afetar a votação dos pontos. Foi sugerido que quem precisar de sair o deve dizer e assinalar para evitar situações futuras.

19. Apresentação da Ordem do Dia da Presente Sessão

20. O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal propôs uma troca do ponto 5 pelo ponto 6

21. Foi aprovada, por unanimidade a Ordem do Dia da presente Sessão da Assembleia Municipal, com a respetiva alteração.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

22. Ponto Um - Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2024

23. O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal solicitou a palavra para proferir a intervenção que se anexa. (14/2025).

24. A Presidente da Câmara Municipal respondeu, confirmando que fará chegar por e-mail a informação solicitada sobre os valores gastos relativos à transferências de competências. Procedeu à apresentação do documento, referindo que a gestão financeira foi correta, responsável, transparente e equilibrada. Garantiu que, contrariamente à especulação, o dinheiro não acabou e continua nas contas da Câmara, e que o pagamento dos vencimentos dos trabalhadores nunca esteve, nem estará em causa. Afirmou que o dinheiro público não foi esbanjado, mas sim investido, sendo visível, principalmente nos serviços públicos prestados à população, afirmou. A Presidente da Câmara Municipal comparando o saldo atual em tesouraria ao do executivo anterior, sendo o valor idêntico ao apresentado na última reunião ordinária de Câmara Municipal, que este apresentou. Abordou as reservas dos revisores oficiais de contas sobre o registo do património da autarquia, que resulta num saldo negativo. Explicou que é uma situação nacional e comum a outros municípios, mas que neste mandato tem havido um esforço acrescido para corrigir e registar o património, deixando um agradecimento aos serviços municipais por este trabalho e à funcionária afeta a esta atividade. Finalizou, referindo que 2024 registou o maior aumento de investimento no plano plurianual do mandato, cerca de 50% face a 2023, rondando os 3 milhões de euros em 2024 (contra 1.5 milhões em 2023). Deixou ainda um agradecimento à Chefe de Divisão Administrativa e Financeira pelo serviço prestado, por forma a cumprir todos os prazos legais.

25. A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira explicou tecnicamente este ponto.



26. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 1, tendo sido **deliberado**, por **unanimidade**, aprovar o **Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2024**.
27. **Ponto Dois – Relatório de Execução do Desempenho das Competências pela Junta de Freguesia de Pavia - Ano 2024**
28. A **Presidente da Assembleia Municipal** propôs que a explicação dos pontos 2, 3, 4 e 6 fosse feita em conjunto e a votação separadamente.
29. A **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra, passando-a ao Vice-presidente, que apresentou os relatórios referentes ao segundo semestre de 2024, documentos que refletem a colaboração da Câmara Municipal com as Juntas de Freguesia nas competências delegadas e transferidas. Defendeu a junção dos relatórios num só, dado que os recursos (financeiros, humanos, materiais) são afetos a todas as competências e a dissociação é difícil. Informou que a DGAL já começou a efetuar a transferência direta de recursos financeiros para as respetivas juntas, desde janeiro, pelo que a Câmara Municipal já não fará essas transferências. Salientou que não foram detetadas pela Câmara Municipal quaisquer falhas por parte das juntas de freguesia, no cumprimento integral das competências assumidas. Finalizou agradecendo aos presidentes das Juntas de Freguesia pela relação de colaboração, manifestando disponibilidade para melhorar.
30. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 2, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, aprovar com 7 votos a favor (PS) e 10 abstenções (CDU), o **Relatório de Execução do Desempenho das Competências pela Junta de Freguesia de Pavia - Ano 2024**.
31. **Ponto Três – Relatório de Execução do Desempenho das Competências pela Junta de Freguesia de Mora - Ano 2024**.
32. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 3, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, aprovar com 7 votos a favor (PS) e 10 abstenções (CDU), o **Relatório de Execução do Desempenho das Competências pela Junta de Freguesia de Mora - Ano 2024**.
33. **Ponto Quatro – Relatório de Execução do Desempenho das Competências pela Junta de Freguesia de Brotas - Ano 2024**.
34. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 4, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, aprovar com 7 votos a favor (PS) e 10 abstenções (CDU), o **Relatório de Execução do Desempenho das Competências pela Junta de Freguesia de Brotas - Ano 2024**.

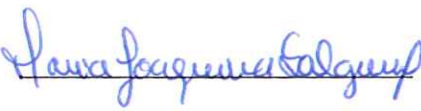


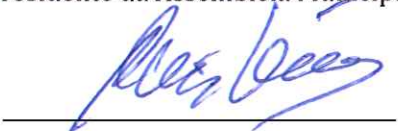
35. **Ponto seis - Relatório de Execução do Desempenho das Competências pela Junta de Freguesia de Cabeção - Ano 2024.**
36. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 6, tendo sido **deliberado, por maioria, aprovar com 7 votos a favor (PS) e 10 abstenções (CDU), o Relatório de Execução do Desempenho das Competências pela Junta de Freguesia de Cabeção - Ano 2024.**
37. **Ponto cinco - Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Saúde de Mora.**
38. A **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao eleito José Pinto, que informou este órgão, que em concertação com o Grupo Municipal do PS, entenderam que a pessoa indicada seria a Nélia Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Mora), por ser a junta que se encontra na sede do concelho e ser, desta forma, a mais próxima.
39. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 5, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar que a Presidente da Junta de Freguesia de Mora será o membro designado para integrar o Conselho Municipal de Saúde de Mora.**
40. **Ponto sete - Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº 2 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro.**
41. A **Presidente de Câmara Municipal** pediu a palavra e apresentou a informação, destacando alguns pontos de interesse público - Oficina da Criança: A candidatura à empreitada foi apresentada em março a fundos comunitários, solicitando financiamento de 85% para uma despesa de 1.019.706,44€. Referiu que a sua aprovação é importante para a sustentabilidade financeira e para a promoção de outros investimentos. A obra decorre com normalidade e encontra-se bastante adiantada. A expectativa é que o espaço esteja pronto no início do ano letivo. Afirmou ainda que estão a ser estudadas soluções para o estacionamento no local. Relativamente ao CACI explicou: a obra está concluída, os serviços estão a tratar das aquisições de bens e equipamentos e já reuniu com a diretora do CACI para definir a transição dos serviços, após a inspeção pela Segurança Social. O objetivo é que o CACI esteja em pleno funcionamento em maio, na antiga cantina escolar, requalificando, desta forma, um edifício municipal histórico, sendo este um lema do seu mandato, segundo afirmou. O custo para o erário público foi de cerca de 405 mil euros, face ao financiamento de 504.900 mil euros de fundos comunitários. Relativamente à Avenida do Fluvial: sendo a principal avenida do concelho, considera urgente a sua requalificação devido aos danos que apresenta. Adiantou que a empreitada para os troços mais danificados já se encontra adjudicada e irá iniciar brevemente. Uma intervenção que representa um custo de aproximadamente 150 mil euros para a autarquia e prevê-se que o prazo de execução possa ser de três a quatro semanas. Sobre o apagão de dia de 28 de abril, a Presidente da Câmara deu nota do trabalho das



equipas durante o corte de energia. Enalteceu a rapidez com que a Comissão Municipal de Proteção Civil e outras entidades reuniram para definir estratégias e plano de ação. Durante quase 24 horas, entidades e comunidade uniram esforços para minimizar o impacto desta ocorrência. Manifestou orgulho na forma como todos souberam lidar com a situação. Deixou um agradecimento especial aos funcionários da autarquia, principalmente aos que estiveram no terreno, a particulares e empresas (por cooperarem e cederem geradores/combustíveis), ao Serviço Municipal da Proteção Civil, aos Bombeiros Voluntários e ao seu comandante e a todas as entidades que estiveram presentes nas reuniões. Destacou que não foi necessário ativar o plano de emergência municipal, mostrando organização e união da comunidade. A união nos momentos difíceis é fundamental para ultrapassar situações inesperadas, garantindo serviços essenciais à população, especialmente IPSS e os mais necessitados, finalizou.

42. O eleito Clemente Medeiros interveio, em representação da Bancada do PS, para reforçar o agradecimento da Presidente da Câmara, a todos os intervenientes no dia da crise energética, desde bombeiros voluntários a funcionários, entidades e particulares.
43. O eleito Miguel Maia questionou a Mesa da Assembleia Municipal, se teriam conhecimento do artigo que menciona o facto de só os eleitos terem acesso à documentação.
44. A Presidente da Assembleia Municipal respondeu que poderia dar-lhe a resposta posteriormente, visto não ter consigo o regimento. Mas que o eleito, como membro efetivo deste órgão deveria ter acesso ao documento, onde poderia consultar essa informação.
45. O eleito Miguel Maia afirmou que o artigo onde consta esta informação é o 18.5.
46. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada por unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 40 minutos, do dia 30 de abril de 2025.
1. A Ata nº 3/2025 foi *aprovada por unanimidade*, na Sessão da Assembleia Municipal realizada em 27 de junho de 2025, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Sónia Condeço, que a redigi e subscrevo.


(Presidente da Assembleia Municipal)





(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)

(Redator)

Exmas. Sras. Presidentes da CM e AM de Mora.

Exmas. Sras. e Srs. Deputados Municipais de Mora.

"O errado não deixa de ser errado só porque a maioria concorda e participa"

Leon Tolstoi

Trago aqui mais sete (7) assinaturas para acrescentar à petição "desenvolvimento do concelho e outra superfície comercial".

O que totaliza cerca de 500. Ou seja 10% da população.

Ação cívica e participativa que apraz registar e a todos deve congratular.

Já agora dizer-vos que uma petição é de um conjunto de cidadãos por algo e não obrigatoriamente por alguma associação, conforme cópia em anexo do Wikipedia.

Aqui deixo também a minha indignação sobre os "coveiros e mercenários" do S.N.S. Bem sei que esta não é uma responsabilidade municipal, mas, em todo o caso às duas bancadas partidárias eleitas o favor de fazerem chegar aos respetivos grupos parlamentares na A.R. o meu protesto escrito que enderecei a várias entidades públicas.

Neste contexto desafio-vos a tomar partido, em moção, sobre este desrespeito.

Uma outra questão que também vos apelo e sensibilizo é sobre as quedas de energia, muito frequentes por estas bandas. Da minha parte já fui prejudicado em 2 aparelhos.

E não me refiro ao "apagão" que também dá para meditar. Tenho consciência que não é da responsabilidade municipal mas todos juntos, certamente, somamos.

Conforme no outro parágrafo também aqui vos ^{exento} ~~apelo~~ a tomar partido junto da EDP; REN e E-Redes. Assim queiram ...

E já agora permitam-me que deixe aqui a minha revolta contra desconhecidos e que me deixam sem palavras!!!

Ousaram:

- Rasgar um abaixo-assinado em Pavia de sensibilização para que a funcionária se mantivesse no seu local de trabalho no Museu "Manuel Ribeiro de Pavia"; *porque?*
- Desdenharam quando eu apresentei um descontentamento público, assinado e acompanhado ^{dos} vizinhos da Rua do Madaleno, à anos, sobre as poeiradas e lamas e a falta de conclusão das obras da atual Rua (do antigo) Caminhos de Ferro;
- Não fui, nem mandei boicotar a entrega duma baixa psicológica na segurança social; *porque?*
- Não fui, nem mandei queimar documentos do arquivo municipal; *porque?*
- Não fui, nem mandei apagar documentos na memória de computadores municipais; *porque?*
- Levaram a mal quando a população da Malarranha se manifestou civicamente, através de abaixo-assinado, em apelo e sensibilização para uma água, mais, potável e de qualidade para a vida quotidiana. *porque?*

Não basta falar em participação cívica. É preciso aceitá-la!!!

Por último e se me permitem deixo o meu apreço, respeito e agradecimento ao Vereador Tó Quim e por seu intermédio aos respetivos trabalhadores do Departamento da Cultura pelo excelente esforço laboral ao trazerem, verdadeiramente, a cultura a este concelho como já não se via à muito, se é que alguma vez...

Coragem é uma palavra de força e sem medos que é usada com determinação e empenho.

Bem hajam.

Contra as censuras e o fascismo - Viva a C. R. P.

no 50º Aniversário!!!

30/09/2025

T. M. ...

No passado dia 23 de Abril, a pedido da Senhora presidente da Câmara Municipal, reunimos de urgência, no Salão Nobre, todos os presidentes de Junta, a senhora presidente da Assembleia Municipal, o senhor vice-presidente da Câmara e a senhora presidente da Câmara.

Nesta reunião discutiu-se a situação dos 3 dias de luto decretada pelo governo e ainda o pedido de contenção nas comemorações do 25 de Abril.

Fomos unânimes na defesa da celebração desta data tão importante que se avizinhava, o dia da Liberdade, não deixando assim que aqueles que nunca festejaram o 25 de Abril viessem agora impedir-nos a nós, de o festejar devidamente, apesar do respeito que temos para com o Papa Francisco e a sua acção.

Posto isto, nessa reunião foi também aceite, por unanimidade a proposta que um dos presidentes de junta fez, de não se lançarem foguetes, à meia-noite nas festividades de 24 de Abril.

Do mesmo modo, no dia 25 de Abril sob proposta da CDU, aceitámos redigir e apresentar um voto de pesar em nome das duas bancadas da nossa Assembleia, pela morte do Papa Francisco, para não estarmos aqui hoje, a apresentar dois votos que certamente seriam em tudo ou quase tudo, semelhantes.

É isso que venho aqui apresentar.

Voto de Pesar pela morte do Papa Francisco

Estudo

Chamava-se Jorge Bergoglio e foi um menino Argentino que nasceu pobre, num dos bairros pobres de Buenos Aires. Jogava à bola na rua e era um admirador do Clube de futebol San Lorenzo de Almagro.

Quando cresceu dedicou-se à vida religiosa e pertencia à Companhia de Jesus. Ainda no seu país foi bispo, arcebispo e cardeal. Finalmente em 2013 é eleito Papa, sendo o primeiro Papa Jesuíta da História.

Adoptou o nome de Francisco e deixou-nos há 9 dias.

Era um Papa diferente dos que, antes dele, nos lembramos: Bento XVI (2005- 2013), João Paulo II (1978-2005), João Paulo I (1978), Paulo VI (1963-1978).

Este chefe da igreja católica era antes de mais um humanista, um defensor dos desfavorecidos, dos diferentes, dos migrantes, da Paz.

Era o Papa da Inclusão, tentando sempre, nos seus discursos, documentos e visitas que fez a tantos países pobres, desafiar a sua igreja a incluir todos, todos, todos, como ele dizia.

Viajou para lugares onde outros Papas nunca viajaram: esteve com migrantes em Lesbos e Lampedusa, visitou a Papua Nova Guiné, na Oceânia, visitou países em guerra, como a República Democrática do Congo e a República Centro- Africana, visitou o Iraque, a Birmânia e a Indonésia onde os cristãos são uma minoria...

SAUDAÇÃO

Sob o lema "Mais salário - Melhores Pensões!

Basta de Política ao Serviço do Capital" comemoramos uma data histórica.

Foi precisamente no dia 1 de Maio de 1886, que centenas de milhares de operários de Chicago encetaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário.

Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na acção uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade.

Desde então as lutas dos trabalhadores têm contribuído decisivamente para significativas conquistas nas relações de trabalho, para a construção de um valioso património civilizacional e um quadro de referências que dá dimensão democrática às sociedades.

A dinamização do sector produtivo, o emprego de qualidade, o combate à precariedade, o acesso dos jovens ao trabalho digno, os salários justos e a melhor distribuição da riqueza, habitação, educação, saúde, bem como igualdade de acesso aos bens sociais, são alguns exemplos da actualidade destes temas.

Contra a exploração e o empobrecimento, é urgente uma mudança de políticas.

O País tem futuro dando prioridade aos trabalhadores e ao povo português. São necessárias políticas que respondam aos problemas sociais, às necessidades das pessoas, ao desenvolvimento do país.

A Constituição da República Portuguesa consagra direitos sociais para todos, como o direito à educação, à saúde e à segurança social.

O Estado Social é obra de todos. Não podemos permitir que se substituam serviços públicos universais pelo mercado, por negócios como aquele que se quer fazer com a saúde.

Também no nosso Concelho é urgente lutar por mais e melhores cuidados de saúde e simultaneamente por melhores condições para todos os profissionais de saúde.

Não podemos aceitar serviços para pobres e serviços para ricos. Defendemos e lutamos pela justiça fiscal e social para todos. O país não está condenado ao definhamento. Os trabalhadores, o povo português e a juventude têm força bastante para abrirem um caminho novo, patriótico e de esquerda, vinculado aos valores de Abril.

O Grupo Municipal da CDU, na Sessão Ordinária Assembleia Municipal de Mora, de 30 de Abril de 2025, saúda o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e o seu inestimável património de transformações económicas e sociais, e apela a todos os trabalhadores que se juntem às iniciativas que assinalarão esta data, tanto no Distrito de Évora como pelo País

Viva o Concelho de Mora!

Viva o 1º de Maio!

Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Mora
Mora, 30 de Abril de 2025

Moção – Dia do Trabalhador (1.º de Maio)

No próximo dia 1 de Maio, celebramos o **Dia Internacional do Trabalhador**, data que homenageia todos aqueles que, com o seu esforço, talento e dedicação, construíram e constroem diariamente o progresso das comunidades e do país.

Este dia, que tem origem nas lutas dos operários de Chicago em 1886 pela jornada de trabalho de 8 horas, simboliza a resistência e a conquista de direitos que hoje consideramos fundamentais, como o salário justo, a segurança no trabalho, o acesso à proteção social e a dignidade profissional.

Num tempo em que persistem desigualdades, precariedade laboral e desafios económicos, o 1.º de Maio deve continuar a ser um momento de afirmação do valor do trabalho e dos trabalhadores. É também uma ocasião para reconhecer o papel fundamental do poder local e das instituições públicas na promoção do emprego digno e da justiça social.

No concelho de Mora, este mandato tem sido marcado por um esforço contínuo para melhorar as condições de trabalho dos funcionários municipais, reconhecendo a sua dedicação e escutando as suas preocupações. A valorização dos trabalhadores da autarquia tem passado por uma nova atitude de proximidade, respeito e cooperação — pilares essenciais de uma gestão pública com rosto humano.

A coragem de quem trabalhou ontem para conquistar direitos inspira-nos hoje a defendê-los e a aprofundá-los. Cabe-nos garantir que cada cidadão, independentemente da sua função ou contexto, é respeitado e valorizado.

Neste caminho, os jovens trabalhadores merecem atenção especial. São eles que enfrentam hoje os maiores desafios de acesso ao mercado de trabalho, à habitação e à estabilidade. Precisamos de continuar a criar condições para que os jovens possam construir as suas vidas com dignidade no nosso concelho — com oportunidades reais e confiança no futuro.

Assim, a Bancada do PS na Assembleia Municipal de Mora:

1. **Saúda todos os trabalhadores e trabalhadoras do concelho**, com especial reconhecimento para os que desempenham funções públicas ao serviço da população;
2. **Reafirma o seu compromisso com a defesa dos direitos laborais, da justiça social e do trabalho digno como pilares essenciais de uma sociedade democrática;**
3. **Assinala simbolicamente o 1.º de Maio como dia de memória, de luta e de esperança.**

Com determinação e visão, continuamos a construir um concelho mais justo, mais solidário e mais corajoso.

Viva o 1.º de Maio!

Viva os Trabalhadores!

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mora

Mora, 30 de abril de 2025

Senhora Presidente da Câmara,

Estamos a apreciar as contas de 2024 da Câmara Municipal e, à semelhança dos anos anteriores, não iremos colocar obstáculos à sua aprovação.

Queremos, no entanto, solicitar um esclarecimento ao Executivo sobre um assunto por várias vezes trazido a esta Assembleia, no decorrer deste mandato, e que nos tem suscitado algumas reservas e uma preocupação do ponto de vista financeiro. Estou-me a referir à transferência de competências decorrentes da Lei 50/2018, com o consequente assumir de responsabilidades, quer em Pessoal, quer em Despesa de Bens e Serviços, por parte da Câmara Municipal.

Assim, este pedido vai no sentido de ser dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal dos valores gastos pela Autarquia em despesas de Pessoal, no âmbito da transferência de trabalhadores da Educação, Saúde e Acção Social, e ainda em despesas de Bens e Serviços, nos anos de 2023 e 2024.

Consequentemente, deverá ser prestada a informação das verbas efectivamente recebidas do Estado para compensar aquelas despesas.

Estas informações poderão ser enviadas tão breve quanto possível para o e-mail institucional de cada um dos membros da Assembleia Municipal.

A.M.Mora - 30-04-2025 - Carlos Biléu - G.M. CDU/PCP

